

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Recursos dos RPPS 2

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras dobra previsão de dividendos 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Carestia não dá trégua e está cada vez mais disseminada 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Auxílio Brasil pode incluir 20 milhões 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Prévia da inflação em 12 meses atinge 10,73% até novembro 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

No G20, alta de preços só perde para Argentina e Turquia 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Taxa de juro histórica - NELSON BARBOSA 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Terceira via tende a ser de ex-bolsonaristas 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pressionada pela gasolina, prévia da inflação vai a 1,17% 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desafio maior para o Banco Central (Editorial) 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Senado toma ainda pior o texto da PEC dos Precatórios (Editorial) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IPCA-15 sinaliza que inflação atingirá novo pico deste ano em novembro 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Moro filia general e Podemos aguarda Deltan 18

Recursos dos RPPS

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Petrobras dobra previsão de dividendos

*André Ramalho, Gabriela Ruddy e Felipe Laurence Do
Rio e de São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Carestia não dá trégua e está cada vez mais disseminada

rosana hessel

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da **inflação** oficial, avançou 1,17% em novembro, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de registrar desaceleração em relação à alta de 1,20% do mês anterior, a taxa ficou acima da mediana das estimativas do mercado e foi a maior variação para os meses de novembro desde 2002.

No acumulado do ano, o índice subiu 9,57% e, em 12 meses, teve elevação de 10,73%, acelerando sobre os 10,34% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Entre as 11 capitais pesquisadas pelo IBGE para o levantamento do IPCA-15, sete cidades estão com **inflação** acima de 10%: Goiânia, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Recife, Curitiba e Porto Alegre, sendo que a capital gaúcha lidera com a maior variação, de 12,33%. Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Belém conseguiram ter altas inferiores a 10%, mas os indicadores estão bem próximos desse patamar.

A variação acumulada foi a mais elevada desde fevereiro de 2016, quando o IPCA subiu 10,84%, no pior momento da carestia do governo Dilma Rousseff (PT). Ou seja, a **inflação** da gestão Jair Bolsonaro (sem partido) já se encontra no mesmo patamar do governo petista antes do impeachment. E, de acordo com analistas, o custo de vida continuará elevado, porque a **inflação** está muito disseminada na economia. Além disso, as altas no setor de serviços ficaram abaixo do esperado e podem pressionar os preços se houver maior demanda, que ainda é fraca devido à queda na renda e à insegurança dos consumidores.

"Um dos pontos mais preocupantes do IPCA-15 foi o aumento da dispersão da **inflação**, que passou de 63,76% para 75,20% (entre outubro e novembro). São patamares muito altos, e isso significa que a maioria dos produtos pesquisados está registrando aumento de preços. E, com uma taxa de dispersão de 75% não vai ser fácil baixar a **inflação**", alertou Fabio Romão, economista sênior da LCA Consultores. Ele também chamou a atenção para a aceleração da **inflação** dos núcleos, que passou de 0,82% para 0,93% entre outubro e novembro.

Conforme os dados do IBGE, todos os grupos de produtos e serviços pesquisados registraram elevação de preços. A maior variação, de 2,89%, e o maior impacto no IPCA-15, de 0,60 ponto percentual, vieram dos Transportes, influenciados pela alta dos preços dos combustíveis. A gasolina teve o maior impacto individual, de 0,40 ponto percentual. No acumulado em 12 meses, encareceu 48%. O gás de cozinha, outro grande vilão da **inflação** no ano, registrou variação maior, de 51%, no mesmo período.

Alta dos juros

A persistência inflacionária está levando analistas a preverem um aperto monetário maior do Banco Central na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 7,75% ao ano, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro. As projeções de **inflação** para 2022 não param de subir. O teto da meta de **inflação** deste ano, 5,25%, já foi superado, e o limite do ano que vem, de 5%, está em vias de ser ultrapassado.

Em outubro, o Copom sinalizou uma nova alta de 1,5 ponto na Selic em dezembro. Por conta da alta do IPCA-15 ter ficado acima do esperado, a consultoria britânica Capital Economics informou que prevê alta de 1,75 ponto percentual na reunião do próximo mês. Contudo, vários analistas brasileiros já esperam uma alta de, pelo menos, dois pontos percentuais.

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, destacou que, devido à aceleração dos núcleos do IPCA, a **inflação** desse indicador varia entre 10% e 11% no acumulado em 12 meses. "Isso não fundamenta uma manutenção do ritmo atual da taxa Selic, de 1,5 ponto percentual, porque, pelas nossas estimativas, se o BC elevar a Selic para 12%, até o fim do ciclo, o IPCA ficará 5,94% em dezembro de 2022", disse.

Pesando no bolso

IPCA-15 tem alta de 1,17% em novembro e acumula variação de 10,84% em 12 meses

Evolução do IPCA-15

Variação acumulada em 12 meses (em %)



Destaques

Veja alguns itens que mais contribuíram para a alta do IPCA-15

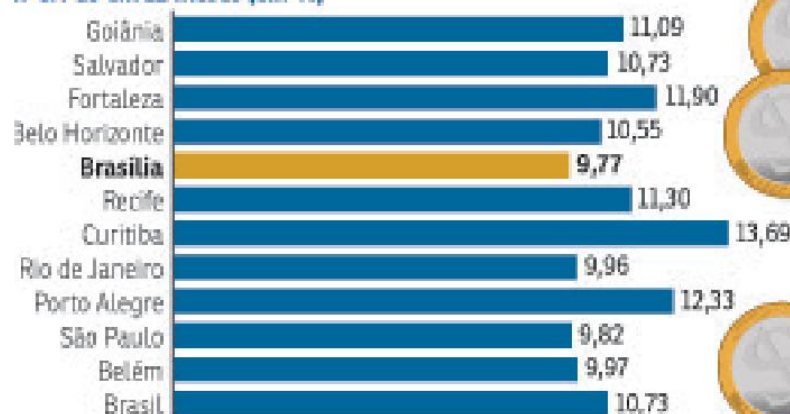
Dados acumulados em 12 meses (em %)



Em alta

Sete das 11 capitais pesquisadas já possuem inflação de dois dígitos

IPCA-15 em 12 meses (em %)



Fonte: ICA Consultores e IBGE



Auxílio Brasil pode incluir 20 milhões



israel medeiros

O Auxílio Brasil poderá ter mais beneficiários do que os aproximadamente 17 milhões de famílias previstos pelo governo, após as alterações na medida provisória que regulamenta o programa ? aprovada, ontem, na Câmara dos Deputados por 344 votos a favor e nenhum contra. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu costurar um acordo com a oposição, que promoveu alterações para que o texto pudesse ser votado.

As mudanças, segundo o relator da medida, deputado Marcelo Aro (PP-MG), devem resultar em um total de mais de 20 milhões de famílias beneficiárias ? 3 milhões a mais do que o que previa o governo. "Automaticamente, todo mundo que estava com demanda reprimida do Bolsa Família passa a receber o Auxílio Brasil. Zerando a fila e com a mudança das faixas de pobreza e extrema pobreza, passaríamos de 20 milhões de famílias contempladas", salientou.

Atualmente, são atendidas pelo Bolsa Família cerca de 14,6 milhões de famílias. O plano do Executivo é aprovar a PEC dos Precatórios para aumentar o número de beneficiários para 17 milhões, em dezembro, e começar a pagar as parcelas de R\$ 400.

Entre as principais mudanças na MP do Auxílio Brasil está a proibição de filas para os beneficiários. Na prática, significa que o governo não poderá deixar em uma lista de espera ? como ocorre hoje. Essa foi uma demanda da oposição.

Critério de renda

Outra mudança importante foi o critério de renda para inclusão no novo programa. No parecer do parlamentar, passam a ser elegíveis as famílias em situação de extrema pobreza com renda per capita mensal entre R\$ 105,01 e R\$ 210. "A pobreza era a

faixa de quem recebia o Auxílio, a faixa de R\$ 178. Nós estamos mudando para R\$ 210. Então, são R\$ 32 a mais para que você consiga entrar no programa", disse o relator.

Segundo a redação anterior, a renda mensal máxima daqueles considerados de extrema pobreza era fixada em R\$ 100, e dos considerados na linha da pobreza, entre R\$ 100,01 e R\$ 200,00. Os valores foram alterados levando em consideração o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ? que calcula a **inflação** oficial. Outra mudança foi a retirada do limite de cinco beneficiários por família.

Durante as negociações, o relator também retirou do seu parecer a obrigatoriedade de o governo reajustar anualmente, e de forma automática, os valores distribuídos pelo programa com base também no INPC. A equipe econômica do governo foi contra o trecho e Aro, mesmo contrariado, acabou cedendo.

Mesmo votando pela aprovação da MP, líderes de oposição deixaram claro que consideram um erro o fim do Bolsa Família e disseram que o voto a favor do novo programa só se justifica para não deixar os mais pobres desamparados. A MP precisa, ainda, passar pelo Senado e, para não perder a validade, precisa ser aprovada pelo Congresso até 7 de dezembro.

Prévia da inflação em 12 meses atinge 10,73% até novembro

Leonardo Vieceli

Com a pressão da gasolina mais cara, a prévia da **inflação** oficial no Brasil avançou 1,17% em novembro. É a maior variação para o mês desde 2002, informou nesta quinta-feira (25) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O dado integra o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15). Em outubro, a taxa foi ainda maior, de 1,20%.

A variação de novembro ficou um pouco acima das projeções do mercado. Analistas ouvidos pela agência Bloomberg esperavam avanço de 1,13% na mediana.

Com esse resultado, a prévia da **inflação** foi a 10,73% no acumulado de 12 meses. É a maior marca para esse intervalo desde fevereiro de 2016 (10,84%). Até outubro de 2021, o acumulado estava em 10,34%.

O índice oficial de **inflação** do país é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), também do IBGE.

O IPCA-15, por ser divulgado antes, sinaliza uma tendência para os preços. Por isso, é conhecido como uma prévia.

Em 12 meses, o IPCA-15 é mais do que o dobro do teto da meta de **inflação** perseguida pelo BC (Banco Central) para o IPCA. O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

Na visão de economistas, os dados de novembro jogam mais pressão sobre o Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que passou a elevar a taxa básica de juros, a Selic, para tentar conter a **inflação**.

A próxima reunião do colegiado está agendada para os dias 7 e 8 de dezembro.

Hoje, a Selic está em 7,75% ao ano. Para 2022, já há economistas que enxergam a taxa perto de 12%.

"A situação é grave. Vai exigir uma atuação mais forte do BC, porque a **inflação** não vai morrer sozinha. Temos riscos de novos repasses para os preços nos próximos meses", diz o economista Reginaldo Nogueira, diretor-geral do Ibmeq-SP e Brasília. "O

resultado da prévia da **inflação** coloca mais pressão sobre o Copom." Em novembro, todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram alta de preços, segundo o IPCA15. A maior variação (2,89%) e o principal impacto no índice (0,61 ponto percentual) vieram dos transportes.

Nesse grupo, houve a influência da gasolina, que teve alta de 6,62%. O combustível registrou o maior impacto individual no IPCA-15 (°,4° ponto percentual).

Neste ano, a gasolina acumula um aumento de 44,83%. Em 12 meses, alta de 48%.

"O IPCA-15 confirma uma percepção muito negativa para a **inflação** no Brasil. A gente olha não só o forte impacto da gasolina, vê uma **inflação** em quase todos os itens", afirma a economista-chefe do Banco Ourinvest, Fernanda Consorte.

"As apostas para o BC devem ser de aumento no ritmo de ajuste da Selic na reunião do começo de dezembro. A gente tem um cenário para 2022 muito ruim." A escalada inflacionária tomou forma ao longo da pandemia. Após paralisar cadeias produtivas globais, houve gargalos no abastecimento de insumos em setores diversos.

O reflexo da escassez de matérias-primas foi a alta de preços no mercado internacional.

No Brasil, a pressão de custos foi intensificada pela desvalorização do real ante o dólar, em meio a tensões na área política e incertezas fiscais.

A taxa de câmbio é um dos critérios da Petrobras para fixar os preços dos combustíveis em suas refinarias. Logo, ao subir, o dólar impacta esses itens.

Não bastasse a alta dos combustíveis, o país também foi afetado pela crise hídrica.

A falta de chuva forçou o acionamento de usinas térmicas, com custos mais altos para geração de energia elétrica e conta de luz mais alta nos lares brasileiros.

A seca também prejudicou o plantio e a colheita de diferentes culturas, pressionando o preço final dos alimentos.

Analistas do mercado vêm elevando as projeções para o IPCA. A estimativa mais recente que aparece no boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda-feira (22), indica avanço de 10,12% ao final de 2021.

A projeção chegou a dois dígitos após o mercado enxergar riscos fiscais maiores.

A ameaça para o rumo das contas públicas ficou mais nítida no final de outubro, depois de o governo federal colocar em xeque o teto de gastos para pagar emendas parlamentares e também elevar o valor e o número de beneficiários do Auxílio Brasil, o substituto do Bolsa Família.

A incerteza fiscal é considerada um fator que pode afastar investidores do país, reforçando a desvalorização do real ante o dólar.

O economista Fabio Astrauskas, sócio-diretor da Siegen Consultoria, lembra que os aumentos dos preços neste ano também representam uma ameaça para a **inflação** de 2022.

Esse risco existe porque contratos diversos são reajustados pela **inflação** de períodos anteriores.

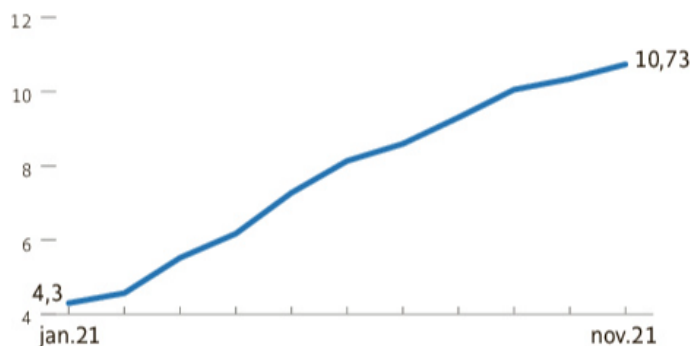
"Há uma inércia inflacionária. Ou seja, a **inflação** passada alimenta a futura" diz. "Isso torna mais difícil o combate ao aumento dos preços", completa.

Site:

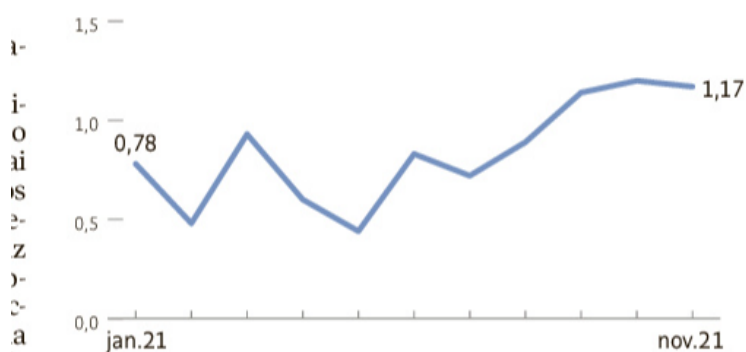
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49741&anchor=6446049&pd=9bbcb234168353cc4801490dd83b98b0>

Prévia da inflação

IPCA-15 no acumulado de 12 meses, em %



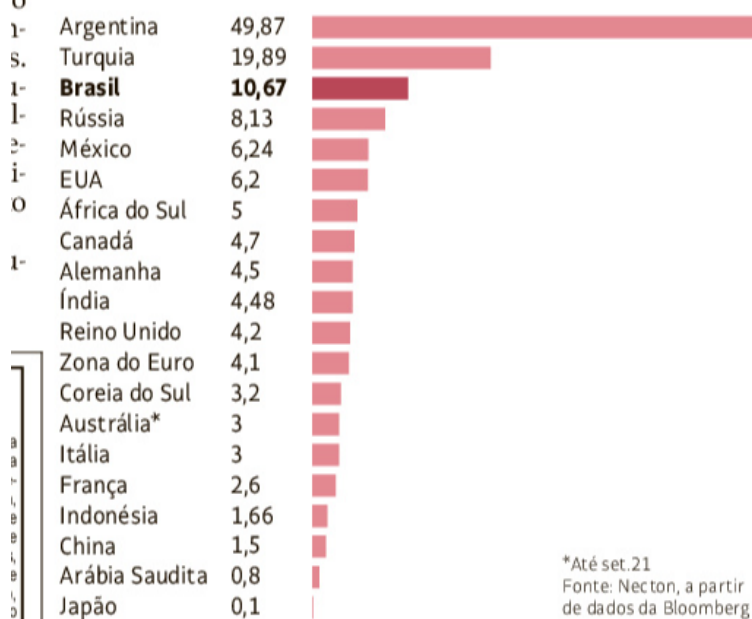
IPCA-15 mensal, em %



Fonte: IBGE

Em disparada

Inflação acumulada em 12 meses, até out.21, em %



B
B
L
L
B
B
L
L
C
I
S
T
T
B
T

m
Er
pe
ra
te
to
çã
af
do
da
se
aj
cc
te
m
m
de
as
ga
in
té
çõ
to
va
la
po
cr
fi
tív
gc
es
bu
af
ac
m
pe
tr
no
o
re
o
el
IP
te
cu
gu
çõ
gil
ri
cc
tic
no

No G20, alta de preços só perde para Argentina e Turquia

A disparada da **inflação** não assombra apenas o bolso dos consumidores no Brasil. Durante a pandemia, a escalada dos preços tomou forma em países diversos.

Até outubro, a **inflação** oficial do país, pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), subiu 10,67% no acumulado, maior alta em 12 meses desde janeiro de 2016 (10,71%).

Entre as nações que compõem o G20, só a Argentina, com **inflação** na casa de 50%, e a Turquia, com quase 20%, registraram avanços superiores, segundo informações reunidas pela agência Bloomberg.

Nos Estados Unidos, que são a maior economia do mundo, a taxa acumulada em 12 meses chegou a 6,2%. Essa é a maior registrada desde novembro de 1990.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49741&anchor=6446049&pd=9bbcb234168353cc4801490dd83b98b0>

Taxa de juro histórica - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Na última semana, apresentei as principais definições de juro natural: 1) a taxa de juro real que não causa excesso ou insuficiência de demanda em relação ao potencial de produção da economia ou 2) o juro real internacional somado ao prêmio de risco do país e da moeda em questão.

Como prêmio de risco depende do grau de incerteza na economia, o juro natural tem um componente claramente subjetivo, sujeito a expectativas autorrealizáveis. Devido a esse "problema", vários economistas preferem analisar a tendência do juro real da economia em termos históricos (o que aconteceu) em vez de naturais (o que o agente racional faria). Vejamos uma aplicação dessa abordagem ao Brasil.

Considerando a taxa Selic menos a inflação acumulada em 12 meses, nossa história de juro real elevado começou nos anos 1990, quando o perigo recorrente de hiperinflação forçou o governo Collor-Franco a promover uma abertura financeira e adotar uma âncora cambial (o Plano Real) para reduzir a inflação.

Traduzindo do economês, para controlar o câmbio, era preciso atrair recursos em dólar, que, por sua vez, só entrariam no Brasil se houvesse garantia de que poderiam sair livremente do país. A estratégia era arriscada, pois, na alta incerteza política e econômica do início dos anos 1990, a abertura financeira poderia gerar uma corrida ao dólar. Como evitar isso? Pagando um juro real estratosférico. Foi isso que aconteceu, entre 1991 e 1992, quando o juro médio real foi elevado de 10% para 35% ao ano.

A próxima fase veio após a renegociação de nossa dívida externa e no início da âncora cambial do Plano Real (que começou com a URV, em 1993). A inflação retrocedeu, a incerteza econômica e política diminuiu e, em 1993-99, o juro real médio caiu para 22% ao ano.

A terceira fase de juro real "elevado" começou em 1999, com abandono da âncora cambial e adoção de metas de inflação e de resultado primário. Houve volatilidade monetária na transição de regime de política econômica, mas, considerando o período de 1999-2005 como um todo, a inflação permaneceu sob

controle e a taxa de juro real caiu novamente, para 11% anuais.

A partir de 2006, entramos em nova fase, com acumulação de reservas internacionais e política fiscal mais ativa para estimular o crescimento, o que de fato aconteceu, sem comprometer o controle da inflação. O cenário internacional ajudou, com elevação do preço e demanda por commodities e colapso do juro real nos países avançados. No Brasil, nosso juro real caiu para 6% ao ano em 2006-11.

A partir de 2012, entramos em outro período de instabilidade política e econômica, com lento crescimento e alta volatilidade da inflação, que dura até hoje. Apesar desses percalços, o juro real continuou a cair, chegando à média de 4% em 2012-19, antes da Covid. Será esse o novo patamar de juro real do Brasil? É cedo para saber.

A adoção do teto de gastos levou vários analistas a prever outra queda estrutural do juro real, mas por enquanto isso não aconteceu. No triênio 2017-19, o juro real foi de 4% ao ano, igual ao verificado em 2006-11, só que com crescimento bem mais lento da economia. A partir de 2020, a pandemia derrubou nosso juro real para território negativo, mas ninguém espera que isso persista.

As expectativas mais recentes de mercado indicam que, após um aumento temporário para controlar a recente aceleração de preços, a Selic cairá para 7% a partir de 2024. Com meta de inflação de 3%, isso significa juro real de 4%, igual ao verificado em 2012-19. Volto a esse cenário de juro na próxima semana.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49741&anchor=6446049&pd=9bbcb234168353cc4801490dd83b98b0>

Terceira via tende a ser de ex-bolsonaristas

JOÃO VILLAVERDE

Há apenas uma vaga disponível no segundo turno das eleições presidenciais. E ela não está aberta para a esquerda.

É importante ter isso claro quando o assunto é "terceira via em 2022". O ex-presidente Lula estará lá: o PT terminou todas as eleições desde 1989 em primeiro ou segundo lugar.

Dado que o contingente de 35-38% do eleitorado simpático a Lula dificilmente mudará de opinião até outubro, a disputa se dará principalmente sobre os eleitores que já se desgarraram de Bolsonaro e aqueles que ainda podem abandoná-lo. Esse universo não costuma votar na esquerda, mas na direita.

Em lento derretimento popular, Bolsonaro se aproxima dos 20%. Quando a campanha adensar e diversos candidatos lembrarem o eleitorado da flagrante sabotagem da vacinação, as diversas crises institucionais por Bolsonaro provocadas e a **inflação** descontrolada, é razoável esperar perda adicional de votos.

Ex-ministros de Bolsonaro, como Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta, trazem apelo a esse eleitorado (a "direita ex-bolsonarista"). Aceitaram trabalhar para Bolsonaro e romperam por razões distintas, mas seguem no mesmo campo.

Moro, que larga à frente nesse grupo, acredita que 2022 será uma repetição dos "símbolos" de 2018. Se ele estiver certo, bastará dobrar a aposta em sua canção de uma nota só ("corrupção, corrupção, corrupção") e agregar os indefectíveis clichês eleitorais ("queremos educação de qualidade" etc).

No PSDB, a disputa inevitavelmente se dará contra Moro e Bolsonaro pela vaga final no segundo turno. O governador João Doria (SP), fez uma campanha abertamente bolsonarista em 2018. Desde então se distanciou, e seu esforço pela vacina é um trunfo eleitoral.

Já o governador Eduardo Leite (RS) foi menos bolsonarista, mas também correu nesta raia em 2018. Ao contrário das promessas não cumpridas de Paulo Guedes, Leite aprovou reformas previdenciária e administrativa, além de privatizações.

Ciro Gomes foi o primeiro a perceber que a vaga

aberta no 2.º turno estará no campo da direita, não da esquerda. Por isso, calibrou sua campanha para a centro direita, mas é difícil imaginar que isso baste para convencer o eleitorado mais conservador. Resta ainda Simone Tebet, correndo por fora no MDB.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressionada pela gasolina, prévia da inflação vai a 1,17%

DANIELA AMORIM RIO

Sob pressão de aumentos disseminados dos preços, mas sobretudo da gasolina, a prévia da **inflação** oficial no País subiu 1,17% em novembro, taxa mais elevada para o mês desde 2002, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em outubro, a alta foi de 1,20%.

Todos os nove grupos de bens e serviços apurados registraram altas. A **inflação** acumulada pelo IPCA-15 em 12 meses acelerou de 10,34% em outubro para 10,73% em novembro, o resultado mais elevado desde fevereiro de 2016. A maior vilã deste mês foi a gasolina, que subiu 6,62%, responsável por mais de um terço do IPCA-15.

No ano, o combustível já acumula alta de 44,83%. Em 12 meses, o avanço é de 48%.

O encarecimento do botijão de gás e da energia elétrica também pressionou o orçamento. O gás subiu 4,34%, o 18.º mês consecutivo de aumentos, acumulando 51,05% de alta no período iniciado em junho de 2020. A energia elétrica ficou 0,93% mais cara em novembro, depois de já ter subido 3,91% em outubro. A bandeira tarifária Escassez Hídrica, que acrescenta R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos, permanece em vigor desde setembro. Em novembro, foram captados reajustes em Goiânia, Brasília e São Paulo.

Os gastos com saúde e cuidados pessoais foram impulsionados pelos itens higiene pessoal e produtos farmacêuticos, enquanto que em vestuário todos os itens pesquisados tiveram aumento de preços.

Os alívios no mês partiram da queda nas tarifas aéreas e nos aumentos menos intensos de alimentos e bebidas.

SEM CONTROLE. Embora seja um fenômeno mundial, o Brasil perdeu um pouco a mão no controle da **inflação**, disse Gustavo Cruz, estrategista da gestora de recursos RB Investimentos.

"Vários países estão com **inflação** acima da meta, é um movimento global. Porém, parece que aqui foi um

pouco além", afirmou Cruz, em nota, mantendo a projeção de duas altas de 1,5 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central de dezembro e fevereiro.

A LCA Consultores prevê que a taxa básica de juros, a Selic, encerre seu atual ciclo de alta em março do ano que vem, com duas rodadas de aumentos de 1,5 ponto porcentual, nas reuniões de dezembro e fevereiro, seguidas de mais uma elevação de um ponto em março, para o patamar de 11,75% ao ano até o encerramento de 2022. Após a divulgação do IPCA-15, a consultoria reviu ligeiramente para cima sua projeção para o IPCA no encerramento do mês: de 1,05% para 1,06%. Para o fechamento do ano, a LCA espera um IPCA de 10,2%.

Reajustes

Todos os nove grupos de bens e serviços apurados registraram altas nos preços

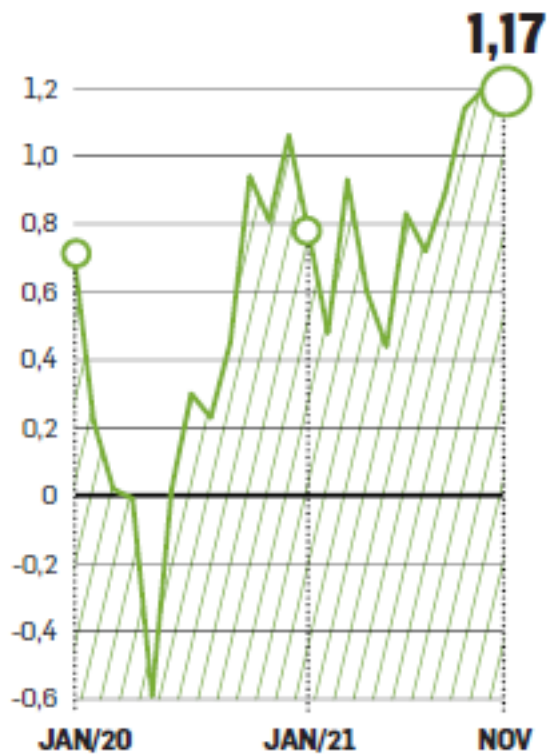
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DISPARADA

IPCA-15 teve o maior resultado para novembro desde 2002

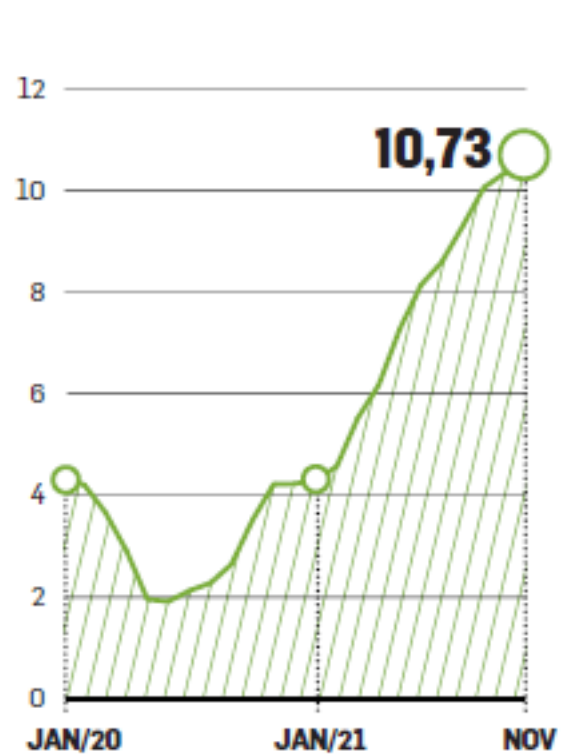
Variação mensal

EM PORCENTAGEM



Acumulado em 12 meses

EM PORCENTAGEM



FONTES: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Desafio maior para o Banco Central (Editorial)

Superada a marca de 10% em 12 meses, a grande dúvida sobre a **inflação** brasileira, neste momento, é se o Banco Central tentará levá-la à meta de 3,5% em 2022, como prometeu várias vezes o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Interrogado sobre o assunto num evento do Bank of America, nesta semana, ele reafirmou o compromisso de buscar a meta, mas sem mencionar um prazo. As próximas ações e o cronograma, acrescentou, serão discutidos na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) prevista para 7 e 8 de dezembro. Na última reunião, em outubro, o Comitê acrescentou 1,5 ponto à taxa básica de juros, elevando-a para 7,75% e anunciando um aperto maior na estratégia de ajuste.

Os dois aumentos anteriores haviam sido de 1 ponto cada um.

Desde a última decisão as expectativas pioraram.

A **inflação** prevista para 2021 chegou a 10,12%, a projeção para 2022 atingiu 4,96% e as taxas estimadas para 2023 e 2024 também se elevaram, ficando todos os números acima das metas desses anos. Também têm piorado as previsões de crescimento econômico.

Para o próximo ano a mediana das projeções caiu para 0,70% e alguns bancos já admitem a hipótese de recessão.

Cada nova pesquisa confirma o cenário ruim e justifica as preocupações quanto aos próximos meses.

A nova prévia da **inflação** apontou uma taxa de 1,17%, a maior para um mês de novembro desde 2002 (2,08%). A variação chegou a 9,57% no ano e a 10,73% em 12 meses. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) e foram coletados entre 14 de outubro e 12 deste mês.

Os preços aumentaram nos nove grupos de bens e serviços pesquisados. Puxada pela alta da gasolina, a maior variação ocorreu no grupo Transportes, daí resultando o maior impacto (0,61 ponto porcentual) na formação do índice geral. Mas seria enganoso reeditar a história do vilão da **inflação**.

Em alguns itens a piora pode ser mais sensível, mas

todos os setores estão contaminados pelo vírus inflacionário.

Como a retomada econômica é frágil e as projeções são sombrias, o Copom deverá considerar se vale a pena um aperto maior da política de juros, com maior entrave ao crédito e aos negócios. Mas a escolha pode ser especialmente complicada, nesta altura, porque também a **inflação** atrapalha o crescimento, roendo os ganhos de consumidores já empobrecidos.

Em 12 meses o custo de alimentos e bebidas subiu 10,46%, os combustíveis domésticos (incluído o gás) encareceram 38,44% e a conta de luz aumentou 31,28%. Juros maiores serão inúteis para conter os custos de gás, energia elétrica, diesel e gasolina, e será conveniente pesar também esse ponto.

O presidente Bolsonaro poderia pelo menos cuidar de alguns importantes fatores inflacionários, como o desarranjo das contas públicas, a incerteza sobre a evolução das condições fiscais e, de modo geral, a insegurança causadora da supervalorização do dólar. Para isso, no entanto, o presidente deveria entender sua função e as consequências econômicas de seus atos e, claro, dar importância a esses fatos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado toma ainda pior o texto da PEC dos Precatórios (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IPCA-15 sinaliza que inflação atingirá novo pico deste ano em novembro

Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Moro filia general e Podemos aguarda Deltan

João Valadares

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187074?page=1§ion=1